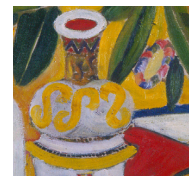


A clínica junguiana com mulheres em relacionamentos abusivos e abuso pós-divórcio: desafios e enfrentamento

Fabiana Teixeira Python

Artigos



Resumo

Este artigo busca discutir como a clínica de abordagem junguiana pode contribuir na análise de mulheres em relacionamentos heterossexuais abusivos ou em abuso pós-divórcio. Inicialmente, são abordadas as características dessa violência de gênero, bem como aspectos mais específicos sobre violência psicológica, além de explicar a existência da chamada violência processual, interfaces necessárias com a disciplina do Direito. Também são abordadas as características psicológicas do agressor, que se coadunam com o transtorno de personalidade narcisista alfa, e os aspectos socioculturais na prevalência das condutas violentas dos homens e da vitimização das mulheres, envolvidos pelo complexo cultural cisheteropatriarcal. O trabalho clínico envolve identificar as características destas relações, realizando um trabalho de psicoeducação, fortalecendo seu ego e ajudando a paciente a estabelecer limites e reconstituir sua individualidade psíquica ao se desidentificar com o agressor, que aparece como um amante demoníaco interior, buscando ajudá-la a sair do papel de vítima. Assim, ela poderá conectar-se consigo e prosseguir em seu processo de individuação. Os maiores desafios se configuram no fato de que esse amante demoníaco está corporificado e se presentifica em ações reais de violência no seu mundo exterior.

Palavras-chave: relacionamentos abusivos; abuso narcísico; violência de gênero; psicologia analítica; abuso pós-divórcio.

Introdução

Um processo terapêutico é sempre uma travessia. Ela é ainda mais árdua quando se lida com mulheres heterossexuais nos chamados relacionamentos abusivos e, pior, quando o abuso não termina após o fim do relacionamento: o *abuso pós-divórcio* ou *pós-separação*. Para lidar com esse desafio, recorreremos ao método junguiano através da relação transferencial, que, nestes casos, precisa da adição de certos cuidados por parte do analista, como o chamado *letramento de gênero*, para não atuar contratransferencialmente e consolidar ainda mais o padrão de violência vivido por essa mulher, além de conhecimento sobre o atual

termo *abuso narcísico*, chamando a atenção para a conscientização dos padrões de relacionamento da figura do agressor, para que esta mulher, a partir do fortalecimento do ego e reconexão com o Self, possa ser transformada. No plano das imagens do inconsciente, é possível dizer que há uma “dança” com um *animus* negativo, personificado pela figura do companheiro ou ex-companheiro agressor. É muito difícil parar de dançar conforme sua música. De acordo com Carl Gustav Jung: “Onde impera o amor, não existe vontade de poder; e onde o poder tem precedência, aí falta o amor. Um é a sombra do outro.” (JUNG, OC, vol. VII/1, §78). Caminharemos o tempo todo mostrando que as dinâmicas desses relacionamentos de casal dizem respeito a poder e controle e, não, a amor.

1 O problema dos relacionamentos abusivos

Para abordar os desafios da clínica com mulheres em relacionamentos abusivos e o prolongamento destes após o divórcio, precisamos antes falar de uma realidade ignorada por muitos: os números alarmantes e crescentes de violência contra a mulher e feminicídio, que aumentaram bastante com o isolamento imposto pela pandemia, mas que continuam aumentando após esta. De acordo com o *Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, o feminicídio bateu recorde em 2023 com a violência psicológica contra a mulher tendo crescido cerca de 33,8% em relação ao ano anterior. Em 21,0% dos casos de violência, os ex-cônjuges foram os responsáveis pelo caso. As altas também aconteceram nas agressões (9,2%) e na violência doméstica (10,0%). Enquanto isso, a violência geral, considerando a população como um todo, diminuiu 3,4%. Entre os efeitos mais comuns da violência doméstica na saúde física e mental das vítimas, estão os sintomas de ansiedade, depressão, transtorno de estresse traumático (TEA) ou pós-traumático (TEPT), fibromialgia e doenças autoimunes (KOLK, 2020; MATÉ, 2003).

O que caracteriza um relacionamento abusivo? Falar disso é algo relativamente novo, apesar de ele sempre ter existido com outros nomes: até pouco tempo atrás, falava-se apenas em conflito conjugal, invisibilizando a violência contra mulher.

Kast (2022) nos lembra que toda vez em que os limites de alguém são violados, há um abuso. Assim, um relacionamento abusivo é aquele em que há abuso de poder e violência doméstica. A Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006 (BRASIL, 2006), reconhece cinco tipos de violência de gênero: física, sexual, patrimonial, moral e psicológica. No entendimento da existência do abuso pós-divórcio, acrescentaríamos a violência processual e a violência institucional, as quais detalharemos mais adiante.

O emprego da violência física e da violência sexual, apesar de ainda não devidamente tratado pela nossa sociedade, sempre foram

as formas mais óbvias. Já a violência psicológica e a violência moral têm formas mais sutis, através de mecanismos manipulatórios, e talvez pareçam mais visíveis apenas seus reflexos, como adoecimento físico e mental, enquanto seus mecanismos continuam encobertos. Isso se deve ao fato de que, pela forma como essas violências se apresentam, de forma insidiosa e transgeracional, sempre foram normalizadas.

Lidar com mulheres em relacionamentos abusivos perpassa entendermos junto com elas, primeiramente, sobre condicionamentos e normalização da violência a que homens e mulheres estão submetidos ao testemunharem os padrões de relacionamentos dos seus próprios pais. A escritora feminista bell hooks (2021) entende esse fenômeno da seguinte maneira:

A maioria de nós tem dificuldade de aceitar uma definição de amor que afirma que nunca somos amados em contextos nos quais existe abuso. A maioria das crianças abusadas física e/ou psicologicamente foi ensinada pelos adultos responsáveis que amor pode coexistir com abuso. E, em casos extremos, que o abuso é uma expressão de amor. Esse pensamento defeituoso com frequência molda nossas percepções adultas do amor. Então, assim como nos apegamos à ideia de que aqueles que nos machucaram quando éramos crianças nos amavam, tentamos racionalizar o fato de sermos machucados por outros adultos, insistindo que eles nos amam.

[...]

E se o objetivo da pessoa é a autorrecuperação, o bem-estar de sua alma, confrontar o desamor de modo honesto e realista é parte do processo de cura. (hooks, 2021, p. 51).

Outro aspecto a ser considerado são os mecanismos psíquicos que uma mulher tem ao lidar com essa violência e que são inconscientes, com correlatos neurológicos, por se tratar de mecanismos de reação ao trauma, neste caso, o chamado trauma relacional. Destacaremos o conceito de *abaissement du niveau mental*, cunhado por Pierre Janet, para explicar um fenômeno psíquico que “reduz o limiar da consciência, e permite a entrada de conteúdos inconscientes [...], passando a penetrar na consciência sob a forma de invasões autônomas” (JUNG, OC, vol. III, § 510), e o mecanismo de “identificação com o agressor” (FERENCZI, 2011) contribuindo para o fenômeno da *participation mystique* (LÉVY-BRUHL, 1912 *apud* JUNG, 1991), fenômeno de identificação psicológica inconsciente entre a mulher e o seu agressor. A emergência desses fenômenos psíquicos dificulta que a mulher tome consciência dos abusos sofridos e tome a decisão definitiva de afastar-se do parceiro íntimo violento.

Passando por estas dificuldades, a mulher que tem filhos com o agressor enfrentará outra fase de dificuldades e que poderá perdurar por toda a infância e adolescência deles. Trata-se da continuação da

violência psicológica, só que em outro formato desta vez, podendo ser seguida de violência processual e violência patrimonial, e ser reforçada pelo Sistema de Justiça brasileiro com a violência institucional.

Enquanto este artigo é escrito, em plenas Olimpíadas de Paris, chega à mídia a história da velocista olímpica Flávia Maria de Lima. Ela relata ter saído de um relacionamento abusivo, em que o companheiro, dentre outros comportamentos abusivos, controlava todo o seu dinheiro. Ao ficar grávida, ele declarou que não queria ser pai, mas, desde que se separou, ele, que não demonstra motivação em conviver com a filha, protocola uma ação no Judiciário toda vez que Flávia sai do seu estado para competir como atleta para poder sustentar financeiramente a filha e a si mesma, alegando abandono materno. Em seu depoimento ao Coletivo Mães na Luta, ela declara: “Quando esse terrorismo judiciário começou, eu passei a entrar em pânico de competir” (MACHISMO, 2024). Entendemos aqui que há violências psicológica, processual e institucional, porque o Sistema de Justiça permite a existência de mecanismos disponíveis aos homens para violentar mulheres. Casos assim e com outras variantes ainda mais graves são muito frequentes.

Apesar de alguns avanços nas leis de proteção à violência contra a mulher, até hoje o Sistema de Justiça brasileiro, na figura de certos magistrados e advogados (não todos, felizmente), ainda insiste em considerar relacionamentos abusivos como conflito conjugal e/ou divórcio de alto conflito. Hoje, no senso comum, nosso Sistema de Justiça carrega os nomes de relacionamento abusivo, abuso narcísico, violência doméstica e outros nomes mais técnicos, como *controle coercitivo* (KATZ, 2022), violência psicológica e o nome proposto pela psicóloga Ramani Durvasula (2020a), *estresse por relacionamento antagonístico*, mais coerente, inclusive, com o conhecimento científico sobre o assunto. Continuaremos utilizando os termos “abuso narcísico” e “relacionamento abusivo” por terem se popularizado e, assim, serem de mais fácil entendimento. Quando o Sistema Judiciário Brasileiro, a partir das decisões de um magistrado, ignora a violência sofrida pela mulher ou pelos seus filhos, e impõe condições de manutenção ou recrudescimento da violência, entendemos que há violência institucional.

2 O ciclo da violência

Conhecer o ciclo da violência é o primeiro passo de uma série de entendimentos para o bom atendimento clínico. Ele foi inicialmente descrito pela psicóloga americana Lenore Walker (1979), compreendendo as fases de *aumento de tensão*, fase em que há violência psicológica; *violência física*, e *lua de mel*, fase de “redenção” do agressor, quando ele percebe que está prestes a perder a vítima, perde perdão, promete mudanças e procura se comportar como companheiro perfeito. No entanto, vários psicólogos estudiosos do abuso narcísico, assim como

Dra. Ramani Durvasula (2020a), consideram mais apropriado pensar num ciclo de *bombardeio de amor* (ou *love bombing*): fase de conquista em que o homem se apresenta na *persona* do príncipe encantado, sedutor, prestativo, que promete preencher todas as necessidades da mulher e costuma querer se comprometer rapidamente, fazendo muitos planos românticos ou de família, para um futuro próximo; *desvalorização*: fase em que começa a violência psicológica, com efetiva desvalorização, culpabilização, traições e podendo incluir a violência física, e *descarte*: quando ele rompe o relacionamento, poderá se voltar para conquistar outras mulheres, mas posteriormente volta a assediar a primeira mulher, reiniciando o ciclo.

A existência do *bombardeio de amor* dificulta a identificação da violência posteriormente, e provoca um rebaixamento do nível mental (JUNG, OC, vol. III), mas não necessariamente todo relacionamento abusivo começará com esta fase. Acompanhamos mais de um relacionamento que já se iniciou com um jogo ambivalente, alternando desejar e não desejar a mulher, criando um vínculo de dependência por “migalhas de amor” e busca de aprovação. Essa manipulação é popularmente chamada de *negging*. Em outro caso, a relação já se iniciou com o companheiro se apresentando ameaçador, preenchendo a psique da mulher com um medo paralisante que a impedia de sair da relação. Ela lia sobre as descrições usuais de relacionamento abusivo e não conseguia se identificar por não encontrar elementos típicos do *bombardeio de amor*, como declarações de amor grandiosas, receber flores, presentes, ou encontrar um homem extremamente gentil que estaria disposto a qualquer coisa para realizar seus desejos. Precisamos ficar atentos a essas variações.

3 As formas de violência psicológica

Compreendemos que há diversas formas com que a violência psicológica se expressa em um relacionamento abusivo. O problema da violência psicológica é que ela costuma ser invisibilizada pela cultura e pela própria vítima, cuja consciência se encontra em estado de rebaixamento, especialmente depois que o agressor conquistou a sua confiança na fase do *bombardeio de amor*. Além disso, a violência psicológica costuma acontecer inicialmente de forma muito sutil, quase imperceptível, para depois alcançar níveis mais intensos. Podemos incluir atos compilados pelo chamado *Violentômetro*, um instrumento desenvolvido pelo Programa Interdisciplinar de Estudos de Gênero do México (INSTITUTO POLITÉCNICO NACIONAL, 2012): desvalorizar – incluindo comentários e piadas humilhantes –, perseguir, xingar, menosprezar, culpabilizar a mulher por atos violentos dele ou por qualquer coisa que ele interprete como “errado”, isolamento de familiares e amigos, ciúmes excessivos, chantagem emocional, controlar amizades e atividades, ameaças, humilhar em público ou privadamente, ignorar

ou excluir (“tratamento de silêncio”). Dentre as formas mais insidiosas e deletérias da violência psicológica está a que passou a chamar-se de *gaslighting*, que consiste na distorção ou negação da realidade no intuito de obnubilar a percepção da vítima sobre a realidade e sobre si mesma. Assim, a vítima passa a entregar seu crivo de realidade e necessidade de aprovação ao agressor, que passa a exercer ainda mais controle sobre sua vida (STERN, 2019). O rebaixamento de consciência provocado pelo *gaslighting* chega ao ponto de a vítima se identificar com o ponto de vista do agressor e acreditar que está enlouquecendo

Existem alguns sinais no atendimento clínico que podem nos indicar que aquela mulher é vítima de *gaslighting*. É muito comum ela apresentar pouca confiança em suas percepções, o que se constitui em um ponto a ser trabalhado em terapia, no sentido de validá-las, e é também comum que a paciente descreva muitas discussões que teve com o companheiro em que ela se justifica para o analista com um excesso de argumentos por ter feito coisas desaprovadas pelo agressor, projetando no analista o *gaslighter* (perpetrador do *gaslighting*) que encena não acreditar em seu ponto de vista. Quando há alguma confiança em si ou na sua memória, as discussões com o *gaslighter* são intermináveis, transformando a vida do casal num verdadeiro inferno à medida que a mulher e seu companheiro se encontram cotidianamente.

O último estágio da violência psicológica, sinalizando a escalada para a violência física, é quando o agressor danifica ou quebra objetos em acessos de fúria, insinuando o que ele poderá vir a fazer com a mulher numa próxima vez. Todos esses atos têm como objetivo final o maior poder e o controle do agressor sobre sua vítima, não se tratando, em absoluto, de amor.

Quanto às formas da violência assumidas no período pós-separação, no caso de uma mulher que tenha filhos com o agressor, podemos destacar o que o coletivo de mães One Mom’s Battle, traduzido para o português pelo Coletivo de Proteção à Infância Voz Materna, descreve, a partir da experiência de mulheres em situação de controle coercitivo que integram ou se aconselham com esses movimentos:

Contra parentalidade: enfraquece decisões parentais e impõe valores conflitantes para irritar o outro genitor. Nega ou retém consentimento para as necessidades da criança (médicas, terapêuticas, educacionais ou extracurriculares).

Isolamento: cria narrativas falsas e espalha boatos para familiares, amigos, professores e relacionamentos comunitários para desacreditar ou destruir reputações e comprometer os sistemas de apoio atuais (ou futuros).

Assédio e perseguição: envia uma enxurrada de mensagens manipuladoras, ameaçadoras ou abusivas com a intenção de aterrorizar ou intimidar. Monitora o paradeiro e as atividades por meio de redes sociais, mídias sociais, *spyware* ou perseguição física.

Criação parental negligente ou abusiva: expõe as crianças a conteúdos, situações ou pessoas inseguras, ao mesmo tempo que usa a violência, intimidação, ameaças, manipulação ou ridicularização para obter a obediência das crianças.

Abuso legal: desconsidera e manipula ordens judiciais enquanto faz mau uso de sistemas legais para controlar, assediar, intimidar e esgotar recursos financeiros e emocionais. Busca ordens de custódia como um meio de vingança, punição e controle. [a chamada litigância abusiva]

[Falsas] Alegações de “alienação”: alegações de “alienação parental” como uma estratégia legal para superar alegações ou descobertas de abuso, [...] (O QUE, 2024).

Esses comportamentos também incorrem no que chamamos de “violência vicária”. Nesses casos, o agressor utiliza-se dos filhos, causando danos a eles ou usando-os para atingir sua mãe.

4 Como explicar o comportamento do homem agressor?

Acompanhando mulheres em atendimento clínico e depoimentos de mulheres que viveram relacionamentos abusivos, observamos que o comportamento do agressor é estereotipado. As histórias se repetem, o que nos faz acreditar em fatores patológicos e culturais. O perfil do agressor costuma se encaixar, com algumas variações, no chamado Transtorno de Personalidade Narcisista Alfa, assim denominado pelas Analistas Junguianas americanas Dougherty e Jacqueline (2007), que descrevem as seguintes características: competitividade agressiva, inveja destrutiva, inabilidade para sofrer, um senso de merecimento e engrandecimento compensando uma baixa autoestima, constante menosprezo dos outros, costume de humilhar as pessoas, incapacidade de tolerar relacionamentos íntimos, sendo movidos por estratégia interpessoal manipulativa com ciclos manipulatórios e pela busca de poder e controle, além de um padrão relacional antagonístico. Um grande *insight* é proporcionado por Dougherty e West (2007), ao nos depararmos com sua descrição do narcisista alfa como alguém que tem compulsão por atacar o objeto invejado. Passamos a entender que o ciclo manipulatório com a pessoa com quem ela tenta se relacionar tenderá a se repetir de forma inconsciente e sem modificações. Dificilmente passa pela cabeça das mulheres que elas possam ser alvo de inveja do narcisista, mas, no caso da atleta olímpica Flávia Maria de Lima citado acima, essa dinâmica fica mais visível com o ataque sucedendo sempre a cada conquista profissional dela. “A identificação arquetípica predatória do narcisista alfa se manifesta numa determinação em vencer, em estragar ou humilhar o outro, colocar o outro para baixo” (DOUGHERTY; WEST, 2007, p. 218). É comum que o narcisista busque interações conflituosas constantes com o objetivo de obter suprimento emocional, mesmo sendo este de natureza negativa.

Mario Jacoby (2023) e Dougherty e West (2007) também destacam a natureza delusional do narcisista, que considera todos como objetos que devem funcionar de acordo com sua vontade, afinal, o narcisista imagina que este é seu mundo, o qual deve funcionar de acordo com leis e regras ditadas por ele. Outro aspecto correlacionado é a falta de empatia, que explica sua dificuldade com os relacionamentos:

As pessoas narcisisticamente transtornadas defendem-se contra qualquer forma de demonstrar empatia, uma vez que esta leva à proximidade humana. Para elas, isso envolveria o risco de fundir-se com o outro e ter dissolvido a sua própria frágil identidade do eu (JACOBY, 2023, p. 325).

Num relacionamento com violência, o parceiro agressor reverte a possibilidade de um relacionamento íntimo e profundo baseado em intimidade e Eros, o que seria esperado, em um relacionamento baseado em poder.

Fora do círculo junguiano, os estudiosos especialistas em abuso narcísico, como Durvasula (2020a, 2020b) e Sarkis (2020), não o restringem apenas ao transtorno de personalidade narcisista, seja ele de qualquer tipo, mas indicam comportamentos manipulatórios, agressivos e danosos nas relações interpessoais, nos antigos chamados transtornos pertencentes ao “Conjunto B” do DSM-5: narcisistas, antissociais, *borderline* e histriônicos. Também não entendem mais o narcisismo como um transtorno de personalidade, mas consideram, sim, a existência de defesas narcísicas.

Ao lidarmos com o comportamento estereotipado do agressor nesses relacionamentos abusivos e a forma como acontece a violência psicológica, bem como o ciclo da violência, nos deparamos com a figura arquetípica de um Trickster (JUNG, OC, vol. IX/1), com sua ambivalência e dualidade, levando ao engano, ora apresentando-se como um homem maravilhoso, com promessas de ser um salvador, ora agindo como o algoz, um monstro. O que prende muitas mulheres em relacionamentos abusivos é a esperança de voltar a ter seu companheiro como este se apresentava na fase do bombardeio de amor, mas ela precisa se conscientizar que essa não é a totalidade da personalidade dele. O bom homem carrega o mau homem junto. Ainda entendemos que a imagem do bom homem faz parte de uma estratégia para confundir e dominar. Mais do que trazer o arquétipo do Trickster como um possível complexo na psique do agressor, precisamos entender que esse arquétipo é constelado na relação abusiva em si, como um terceiro elemento, em que essa dualidade faz sempre a mulher querer tentar mais um tempo no intuito de melhorar a relação à medida que elas são responsabilizadas culturalmente pelo sucesso do relacionamento afetivo. Encontramos também essa qualidade do Trickster especialmente no *gaslighting* e nas estratégias de desvalorização em que o agressor distorce a realidade, inverte a culpa e desqualifica a mulher, disfarçando de elogio a desvalorização.

5 Aspectos culturais do advento e aumento do abuso narcísico

Atribuir um transtorno de personalidade ou patologizar o comportamento pode ser um meio fácil para tirar a responsabilidade ética pelo dano causado ao outro. É difícil pensarmos em violência crescente, com números alarmantes: um mínimo de três feminicídios no Brasil ao dia, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), sendo a maioria deles perpetrados por parceiros ou ex-parceiros íntimos, sem se questionar sobre o que acontece em nossa sociedade. Sabemos que o patriarcado promove valores culturais que possibilitam a escalada da violência. E, diante do questionamento da cultura patriarcal, é esperado que ela reaja à possível decadência com ainda mais violência. Vale citar os chamados dispositivos sociais e processos de subjetivação em homens e mulheres, como concebido pela pesquisadora brasileira Valeska Zanello (2018). O *dispositivo amoroso* nas mulheres faz com que elas busquem realização afetiva – e também sejam cobradas por isso –, atribuindo-se a elas a responsabilidade pelo fracasso ou sucesso de um relacionamento, o que também dificulta a sua identificação e a saída de um relacionamento abusivo, e a faz crer que o parceiro pode melhorar se ela se esforçar. Outro efeito deletério é fazer com que elas tenham como meta de vida serem aprovadas pelos homens, distanciando-as de si mesmas, o que as coloca como vulneráveis a abusos mais uma vez e à rivalidade de umas com as outras. Já o *dispositivo materno* impulsiona as mulheres ao desejo compartilhado socialmente de que elas devam encontrar realização na maternidade, concentrando as tarefas de cuidado nelas, que cuidam não apenas dos filhos, mas do parceiro também, que não aprendeu a tarefa do cuidar, pois o seu dispositivo é o da eficácia, voltado para as realizações profissionais e materiais.

A feminista bell hooks (2020) reforça o efeito deletério da idealização do amor romântico e da cultura patriarcal na naturalização da violência:

Pensadoras feministas chamaram atenção para a maneira de como essa noção do amor serviu aos interesses de homens e mulheres patriarcais. Sustentava a noção de que uma pessoa pode fazer qualquer coisa em nome do amor: bater em pessoas, restringir movimentos e até mesmo matá-las e chamar de ‘crime passionai’, alegar “eu a amava tanto que precisei matá-lá”. O amor em culturas patriarcais está ligado a noções de paixão, a paradigmas de dominação e submissão, em que o pressuposto era de que uma pessoa daria amor e a outra receberia. (hooks, 2020, p. 146-147).

Tudo isso pode ser compreendido como o domínio de um complexo cultural, em que práticas, normas, padrões, valores, pressupostos implícitos de papéis de gênero e poder abarcam o que foi denominado por Gustavo Pessoa (2022) como complexo cisheteropatriarcal. Este

valida a supremacia do homem branco, cis, heterossexual sobre as mulheres e o feminino, relegando todos os que não pertencem ao grupo hegemônico à categoria inferior e considerados objetos de posse. A violência de gênero também decorre de um complexo cultural cujas raízes históricas remontam ao período colonial, com seus senhores de engenho, donos de escravos, mulheres e filhos. Pensar no complexo cultural cisheteropatriarcal desta forma também nos aponta para a transgeracionalidade dos relacionamentos abusivos dentro das famílias, reforçando complexos familiares. Infelizmente, a atuação deste complexo cultural por trás de relacionamentos abusivos também ocorre em relações afetivas LGBTQIAPN+, apesar de nosso espectro de estudo se limitar aos relacionamentos heterossexuais. Tudo isso implicará na necessidade de maior consciência por parte do analista para não atuar contratransferencialmente no *setting terapêutico* o correspondente par opressor dessa mulher em relacionamento abusivo (MATTA, 2023). Como bem pontua hooks (2020, p. 107): “nós sabemos que masculinidade patriarcal incentiva homens a serem patologicamente narcisistas, infantis e psicologicamente dependentes dos privilégios (ainda que relativos) que recebem simplesmente porque nasceram homens”.

Graham et al. (2021) vão mais além no entendimento dos mecanismos sociais para a emergência e manutenção de uma sociedade constituída por misoginia, com sua teoria da *Síndrome de Estocolmo Social*. Elas apresentam argumentos consistentes, baseados em pesquisas robustas e diversas, de que a Síndrome de Estocolmo pode ser generalizada para a sociedade como um todo. Nessa concepção, o gênero feminino (não apenas as mulheres, ou todos que não são homem cis, hétero) é desvalorizado e submetido à violência masculina. Não havendo saída para essa violência, as mulheres escolhem, ou melhor, se esforçam para serem escolhidas, aprovadas, e se ligam afetivamente àqueles que demonstram atos de bondade e lhes parecem agir como protetores, mesmo que, no futuro, eles voltem sua violência contra elas. Como num relacionamento abusivo em que se observa a Síndrome de Estocolmo, meninas são criadas para rondarem e obterem aprovação dos homens, e suas vidas giram em torno da ideia de amor romântico, projetando nos homens essas qualidades protetoras e de bondade. Assim, mais uma vez, são socialmente impelidas a assumirem a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso do relacionamento, e são culpabilizadas pela violência que sofrem nos mais diversos âmbitos da vida, desde os relacionamentos afetivos, relações familiares, de trabalho, ou pela eventual violência sem relacionamento prévio, como o estupro por um desconhecido. Relatando pesquisas, elas demonstram que a violência que as mulheres mais temem não é a morte, mas, sim, o estupro: a violência genuinamente masculina. Os homens, por outro lado, são criados reforçando qualidades narcísicas, como o senso de merecimento de terem sempre suas necessidades atendidas por elas.

Graham et al. (2021), inclusive, apontam para uma contaminação desse funcionamento social na construção do entendimento da psique feminina nas abordagens psicológicas, que passa a ser enviesado por uma feminilidade compreendida pelo modelo da *Síndrome de Estocolmo Social*. Ora, que modelo de psique feminina temos na psicologia analítica? Neumann (2000) sugere o modelo do mito de Perséfone e Deméter: Perséfone, em sua iniciação feminina, precisa fazer um rompimento abrupto na sua relação simbiótica com sua mãe através do rapto de Hades, que representa a entrada – violenta – do princípio masculino em sua vida. Ela se casa com seu raptor. Apesar disso, no Projeto de Lei nº 4.053/2008 (OLIVEIRA, 2008), para a aprovação da Lei de Alienação Parental, é o modelo do mito da Medeia, aquela que se ressentia pelo fim do casamento e priva o genitor dos seus filhos, que prevalece como estereótipo das mulheres nas varas de família do Judiciário brasileiro, ou seja, mais uma vez, elas são culpabilizadas pela violência que sofrem.

6 O trabalho clínico com mulheres em relacionamento abusivo

Sob a influência inconsciente do complexo cisheteropatriarcal e toda a sua carga transgeracional, os depoimentos de mulheres que sofrem violências de qualquer natureza por homens são silenciados, desqualificados e, até mesmo, negados. Essa é a primeira armadilha a qual o analista não poderá cair. Validar as experiências da paciente já tem um poder transformador numa sociedade que comumente as tacha de “loucas”. Assim, percepções e experiências podem começar a ser conscientizadas e elaboradas.

As dinâmicas dos dispositivos de gênero (ZANELLO, 2018) podem ser um bom começo para que haja *letramento de gênero*, ao lidar com esses casos. Sem reconhecimento dos mecanismos sociais, familiares e individuais que violentam a mulher, ela pode ser jogada num buraco de incompreensão na análise, através do qual não se cria acolhimento ou vínculo, fundamentais para a terapia junguiana. Na nossa clínica, o que entendemos por *letramento de gênero* deve ser mais do que o entendimento das questões sócio-culturais que permeiam o gênero, especialmente no que tange às violências. Para um trabalho transferencial que ajude a levar a paciente a transformações profundas, é preciso uma vivência consciente e genuína do que significa o complexo cisheteropatriarcal. Parafraseando Jung (OC, vol. XVI, §179): “é que não é possível levar um paciente além do ponto em que estamos”.

A maioria delas chega ao consultório com sintomas de transtorno do estresse pós-traumático, com quadros de ansiedade, hipervigilância, perturbações no sono, *flashbacks* e memórias intrusivas. No que diz respeito às questões psicodinâmicas, um dos principais sinais, na clínica,

para um relacionamento abusivo, é observar que a paciente “anda em cascas de ovos”, ou seja, vive em hipervigilância, porque o parceiro pode ser tomado de uma fúria narcísica e “explodir” a qualquer momento, por qualquer motivo, e colocar a culpa nela. Como num comportamento típico de Síndrome de Estocolmo (GRAHAM et al., 2021), a vítima acha que controla a situação e fica rondando os desejos e necessidades do agressor para não “errar”. É daí que podemos entender que se forma uma participação mística entre agressor e vítima. Sim, no que diz respeito à Síndrome de Estocolmo, podemos constatar que a pessoa se volta para o agressor e vive como se fosse num sequestro de longo prazo. Graham et al. (2021) explicam que, nesse momento, o sentimento de culpa se instala como um mecanismo de sobrevivência de uma reação traumática neurológica de luta, pois a culpa a tira de uma possível reação de congelamento, fazendo-a sentir-se responsável pelo que acontece a ela e a faz lutar para agradar e influenciar seu agressor, tentando libertar-se da violência punitiva, mesmo que, na verdade, as explosões desse agressor não dependam diretamente do que a vítima faz ou deixa de fazer, e, sim, de suas motivações internas.

Uma das pacientes atendidas chegou ao consultório de certa forma consciente de que vivia um relacionamento abusivo e que o marido praticava *gaslighting* contra ela. Muitos anos antes de chegar à terapia, ela havia notado que vivia com sensações de taquicardia e de arritmia cardíaca. Tendo feito todos os exames para detectar problemas cardíacos e obtendo resultado negativo, ela pôde concluir que isso se devia a um estado de ansiedade toda vez que o marido chegava em casa e que também prejudicava seu sono, pois poderia ser acordada a qualquer hora por ele para discutir algo fútil pelo qual ele a culpabilizava. No caso dela e de outras mulheres submetidas à violência psicológica, um importante trabalho é o de ajudá-las a desistir de buscar a aprovação do agressor, apesar de toda a desqualificação, desvalorização e culpabilização (STERN, 2019).

Um dos principais cuidados apontados por Ramani Durvasula (2020a) é a extrema importância dada à psicoeducação. Precisamos frisar que a maioria desses especialistas não pertence a abordagens da psicologia que têm a transferência como elemento central da psicoterapia. A psicoeducação é nomeada pela Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) como um recurso em que se busca, no nosso caso, explicar o que se entende por relacionamento abusivo, características, conhecer o *modus operandi* do agressor para melhor lidar com ele, apesar de termos um longo caminho pela frente no sentido de a paciente se conscientizar do poder destrutivo das condutas do mesmo e se convencer de que algumas orientações podem ser mesmo úteis para ajudá-la a lidar com ele e superar o abuso narcísico. Perpassa, inclusive, por nomear cada tipo de abuso que a mulher sofre, como *gaslighting*, *bombardeio de amor*, *tratamento de silêncio*, *triangulação*, *campanha de difamação*, uso de *macacos voadores*, entre outros, ajudando-a no processo de conscientização.

O que foi explicado até aqui, neste artigo, pode ser considerado um trabalho de psicoeducação. O próprio Jung (OC, vol. XVI), em *A prática da psicoterapia: contribuições ao problema da psicoterapia e a psicologia da transferência*, nos mostra que não é exclusivista em sua abordagem, devendo diferentes métodos serem empregados de acordo com as necessidades do paciente, podendo esses métodos originarem de outras abordagens, como ele enfatizou as de Freud e de Adler. Todo esse trabalho envolve o fortalecimento do ego dessa mulher.

Não só identificar sinais de abuso dentro de um relacionamento afetivo é importante, mas também ter modelos de relacionamentos saudáveis. É interessante tocarmos nas explicações de James Hollis (2011), em seu livro *A passagem do meio: da miséria ao significado da meia-idade*, e as transformações da forma romantizada para a forma humanizada de um relacionamento afetivo. Um modelo realista e amadurecido de relacionamento seria aquele em que duas pessoas se mantêm em seus processos de individuação, mas que têm um ao outro como parceiros de caminhada, com apoio e respeito mútuos, sem expectativas de que um “Outro mágico” (HOLLIS, 2011, p. 66) os salve. Faz-se necessário abdicar do modelo fusional de relacionamento, típico do amor romântico, que claramente coloca o casal em participação mística, afasta-os de seus respectivos processos de individuação e abre margem para as invasões abusivas do outro.

Dentre os recursos de psicoeducação, destacam-se os conceitos de *contato zero* e *pedra cinza* (MACKENZIE, 2015). Por mais que a vítima seja enganada por sua psique acreditando ser capaz de mudar a qualidade de suas interações com o agressor, o contato com o agressor sempre evocará nele as mesmas reações estereotipadas, o que nós junguianos entendemos serem decorrentes da ativação de um complexo, já que seu ego é parcamente constituído (JACOBY, 2023).

O *contato zero* é uma meta a ser buscada especialmente depois que se consegue romper com o relacionamento. Envolve bloquear os meios de contato eletrônico ou presencial, não buscar acesso a detalhes da nova vida do agressor ou vice-versa. Isso é particularmente doloroso e difícil para essas mulheres por conta do vínculo que, para ser rompido, precisa passar por um luto. Esse luto é mais doloroso do que o luto de um relacionamento saudável, pois envolve lidar com promessas não cumpridas, sonho de um “amor perfeito” desfeito, grandiosas idealizações quebradas, lidar com a desilusão de uma forte desvalorização, fortes sentimentos de rejeição e culpa unilateral pelo fracasso do relacionamento.

No caso de uma mulher que tenha filhos com o agressor, o *contato zero* não é possível, mesmo que ela tenha obtido uma medida protetiva através da Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006) que impeça o contato do agressor com ela. Essa mulher é obrigada a manter contato para enviar informações de saúde e educação dos filhos, combinar detalhes de convivência ou, até mesmo, tomar decisões a respeito das crianças em conjunto, se a guarda for compartilhada. Se ela não faz isso, pode

ser acusada do argumento jurídico de prática de “alienação parental” e ter sua guarda revertida para o agressor. Nesse caso, o recurso a ser utilizado é o da *pedra cinza*. Esse recurso consiste em demonstrar o mínimo de emoção possível, tendo a imagem da pedra cinza como um elemento inerte, banal, quase imperceptível, tornando-se desinteressante para o traço típico narcisista de buscar interações conflituosas para alimentar-se emocionalmente. A atuação sob o princípio da *pedra cinza* requer uma mobilização muito maior em termos de esforços psíquicos para a desidentificação com o agressor e restabelecer a individualidade dessa mulher, no intuito de cessar a participação mística. Isso requer que a paciente se esforce para reagir cada vez menos de forma emocional e não responder logo após o recebimento da comunicação violenta. Orientamos as mulheres a esperarem de um a três dias para responder a um e-mail, se for possível, e a não responder a nenhum ataque, limitando-se apenas às trocas de informações necessárias às decisões relativas à vida das crianças. À medida que esse objetivo vai sendo atingido, as discussões intermináveis, que é o que o agressor realmente busca, tendem a diminuir e espaçar-se. Entendemos também que o ponto de vista do agressor vai sendo deixado de lado, ajudando-a no centramento e reconexão dessa mulher a seu *Self*, o que pode ser compreendido como o processo de individuação.

No entanto, apesar de podermos ajudar nossas pacientes a conhecerem os mecanismos manipulatórios do seu agressor e fazerem alguma caminhada no sentido de conseguir limitar as suas agressões através de conversas com o analista sobre os recursos de *contato zero* ou *pedra cinza*, ainda assim, temos outro problema mais profundo a resolver. Até então, falamos de muitos recursos mais trabalhados com a consciência, mas é com a abordagem da psicologia analítica que podemos lidar com seu poderoso correspondente inconsciente, que, ao nosso ver, tem seu reflexo em todas as dificuldades conscientes da vítima: a figura do seu agressor interiorizada, que insiste em fazer parte de sua vida e envenenar a possibilidade de novas perspectivas.

7 O *animus* demoníaco que habita a mulher vítima de trauma relacional

É muito comum nas observações ou em relatos clínicos ou depoimentos de relacionamentos abusivos, a admissão pelas mulheres de que estão sempre lidando em suas psiques com seu agressor, como se estivessem em uma prisão mental. Estão sempre preocupadas em como eles irão reagir se fizerem isso ou aquilo, com os argumentos para não serem culpabilizadas ou com a repetição da verbalização de uma desqualificação feita pelo parceiro ou ex com quem têm de lidar, sempre reagindo emocionalmente a esses ataques mentais. Podemos enxergar o fenômeno também como uma espécie de escravidão psíquica ou sequestro emocional. Nos casos em que há

a violência psicológica do *gaslighting*, esse agressor interno também pode aparecer sob a forma de um juiz para quem ela fica construindo argumentos para não ser julgada “culpada” diante das acusações que o agressor lhe imputa na vida real e em outras que ela projeta em sua psique. A figura do agressor está quase sempre presente em sua psique aterrorizando-a, não importando se essa mulher ainda está em um nível rebaixado de consciência que ainda faz esforços para salvar a relação ou se ela já se conscientizou da qualidade deletéria desse relacionamento e já o terminou. Chamemos esse *animus* de amante maligno ou demoníaco, de acordo com denominação de Kast (2022), que exerce controle e continua o abuso na sua psique.

É interessante notar que esse *animus* demoníaco parece incorporar mais as características do seu agressor na vida exterior do que o contrário. Não importando a situação em que a vítima se encontra, nos sonhos, é comum que ele apareça como verdadeiro amante ou parceiro atual, mesmo quando esse relacionamento já se acabou. Há casos em que a mulher, inclusive, sente repulsa por esse ex-parceiro, já está em outro relacionamento, e o agressor aparece no sonho como o atual companheiro dela, de quem ela fica ao lado, dança ou tem relações sexuais. Isso denuncia a qualidade de fusão que essa mulher ainda se encontra com esse agressor, no que entendemos ser uma participação mística. Esse agressor internalizado carrega as características do agressor da vida exterior e envenena seus futuros relacionamentos, seja criando desconfiança em relação aos próximos homens que venha a conhecer, seja atraindo-a inconscientemente para novos relacionamentos abusivos.

Este é o maior desafio da clínica com essas mulheres, pois é como se fosse necessário operar uma transformação interior em que esse agressor interno diminua de tamanho e força, para que essa mulher consiga mudar suas atitudes perante o agressor exterior. De nada adiantam esforços de fortalecimento do ego se não há mudanças no inconsciente. Nesse aspecto, acreditamos que a profundidade do método junguiano pode ajudar nessa transformação à medida que a mulher enfrenta as violências cotidianas e renovadas, seja do agressor, seja do sistema de justiça, ou mesmo da sociedade.

Trazendo a compreensão de especialistas em trauma, como Bessel van der Kolk (2020) e Judith Herman (2020), que considerarão o afeto intolerável ao sistema nervoso e prolongado de uma relação abusiva, como o chamado *trauma relacional*, tentamos buscar inicialmente a compreensão a partir da perspectiva junguiana das imagens do inconsciente no trauma, primeiramente trazido por Donald Kalshed (2013), em *O mundo interior do trauma*, e sua posterior atualização em consonância com as descobertas mais recentes da neurociência e outras abordagens psicológicas do trauma, em seu capítulo *Trabalhando com o trauma em análise* (Kalshed, 2019).

Kalshed (2013, 2019) apresenta sua tese de que, ocorrendo um trauma precoce, entra em ação na psique, como forças do *Self*, o

sistema de autocuidado, cindindo o complexo traumático em uma parte da personalidade que regride a um momento anterior ao trauma, que seria o núcleo sagrado da personalidade e que é, ora protegida, ora aterrorizada por uma figura *daimonica*. Essa figura *daimonica*, além do terror para evitar a retraumatização (que malogra), teria uma função protetora de levar a criança a um mundo de fantasia onde ela poderia se refugiar da maldade do mundo, com figuras arquetípicas de animais mágicos, golfinhos e outros.

Nos casos discutidos aqui, a noção de amante demoníaco trazida por Verena Kast (2022) aparece como muito mais plausível que na explicação da cisão do complexo do trauma por Kalsbed (2013, 2019). Ele mesmo deixa bem claro que sua teoria se refere ao trauma precoce, o que não impede que as mulheres em abuso narcísico já o tenham sofrido. Mas, na prática clínica, os relatos nos mostram que, mesmo mulheres com bom suporte parental e boa relação conjugal entre seus pais, estão suscetíveis a caírem em um relacionamento abusivo. Ademais, essas mulheres demonstram não conseguir se refugiar em um mundo de fantasia fantástica ou até mesmo consoladora, nem em sonhos, nem em devaneios, pois a realidade violenta se presentifica na vida real e na sua psique. Kalsbed também se refere à violência de proporções arquetípicas com a qual a figura *daimonica* do trauma precoce costuma ameaçar. Nos casos das mulheres em relacionamentos abusivos, a violência do agressor real pode ser muito maior do que ela poderia imaginar, podendo escalar para o feminicídio, cujo maior risco se apresenta nos meses imediatamente posteriores ao rompimento do relacionamento. Portanto, é possível vermos todos os dias, para quem estiver atento, ao menos uma criticável manchete jornalística noticiando que uma mulher foi morta por seu ex-companheiro seguida do seguinte subtítulo: “ele não aceitou o fim do relacionamento”. Na verdade, de acordo com o sociólogo Evan Stark (2007), o feminicídio, ao contrário da antiga ideia de crime passional, é uma maneira de o agressor retomar o controle que ameaçou ser perdido com o fim do relacionamento.

Verena Kast (2022) apresenta explicações mais condizentes com a realidade empírica dessas mulheres e até projeta possíveis saídas, apesar de a mesma frisar que a psicodinâmica de agressor-vítima descrita por ela não se refere, a princípio, a casos extremos, como podemos entender que acontecem em casos de violência doméstica. Esse amante demoníaco se assemelha arquetipicamente ao Barba Azul, analisado por Kast (2022), como aquele que mata todas as suas mulheres com quem casa e que entram em contato com sua sombra. O Barba Azul nos mostra a força da compulsividade desses ataques. A mulher também morre ao perder a inocência e descobrir para que serve mesmo o casamento nos moldes em que sempre conhecemos: aos interesses de um patriarcado. Mulheres pensam no casamento como a realização de um sonho, mas encontram violência, poder e expectativas de submissão. O final feliz com a morte de Barba Azul sinaliza a esperança de transformação do

amante demoníaco, mas antes é preciso cessar o Mal. Podemos associar a história de Barba Azul a um ciclo de violência, tendo a análise de Kast (2022) como guia. Primeiro, a distância. Na segunda fase, ele a seduz e passa a se mostrar mais interessante. Ela se casa com ele. Depois ela descobre a sua sombra, algo que estava reprimido e dissociado, e aparece toda a violência. Interessante a forma como Kast denuncia o modo como a mulher do conto se afasta dos próprios sentimentos e intuição para se deixar seduzir por ele. Podemos encontrar o correlato cultural com a forma como as mulheres são socializadas: para serem aprovados pelos homens (ZANELLO, 2018).

O próprio Barba Azul é descrito como alguém que tem anseio relacional, mas tem muito medo da proximidade, por isso mata as mulheres. Vemos aí um traço narcisista: “em vez de se entregar à relação, ele a destrói.” (KAST, 2022, p. 20). Apesar do final feliz no conto, Kast (2022, p. 21) sinaliza que, infelizmente, essa agressividade do Barba Azul não tem como ser transformada e, sim, precisa ser “combatida de forma muito delimitada e agressiva no momento certo”. É por isso que, no conto, ele é morto, não se transforma em príncipe depois de ser retirado o feitiço de uma bruxa, como costuma acontecer em outros contos. Isso também serve como exemplo para que as mulheres não fiquem esperando que este homem da vida exterior venha a se transformar em um homem bom, como acontece no conto A Bela e a Fera.

À medida que conseguimos fazer com que a paciente se afaste do convívio e das agressões do seu algoz, que podem vir até por e-mail, sua psique se acalma e o terror em sua vida diminui. Torna-se possível, então, sonhar com outras figuras de *animus*, inclusive, num sinal de possível transformação interior. Mas essa mulher só conseguirá fazer isso depois de se afastar e conseguir se proteger dos ataques desse homem, o que fica difícil com o caminho aberto que a via jurídica apresenta com suas leis e condutas misóginas.

Não temos soluções românticas e fáceis. Pensemos em ter como objetivo transformar a forma como a mulher lida com a violência e fortalecê-la. O trabalho é árduo, porque as agressões são atualizadas em novos atos de violência e, muitas vezes, são reforçadas pela sociedade, seja através de suas leis e condutas, seja culpabilizando-a de diversas formas.

8 Possibilidades de transformação

A transformação do *animus* demoníaco vai no sentido, como Kast (2022) aponta, de sair da identificação com o agressor e encontrar a si mesma, tirando o crivo de realidade que havia entregado a este homem e a necessidade de ser aprovada por ele. Para ela, como a agressividade não pode ser transformada e, sim, estancada, é necessário se apropriar da sua agressividade intrínseca, saindo do papel de vítima. Essa agressividade pode ser vivida de forma assertiva quando

a paciente é estimulada a estabelecer limites. À medida que seu ego é fortalecido, a mulher pode passar também a enxergar o seu agressor com mais deficiências e menos poder do que antes parecia ter. Seu medo, assim, diminui, e ela se sente pronta para estabelecer tais limites. Parece simples, mas o trabalho transferencial é fundamental para que a paciente possa sentir-se fortalecida ao se espelhar em uma analista desperta e dona de si dentro de uma sociedade patriarcal ou em um analista homem sensível e gentil, que possa lhe espelhar uma figura masculina positiva. Podemos também pensar em analista que transcenda o binarismo de gênero, mostrando a possibilidade de superação da relação de poder do masculino sobre o feminino.

Uma paciente, incentivada por advogada e analista, consegue uma liminar na justiça que impede o pai alcoólatra da sua filha de estar com ela sem a presença de alguém da confiança da paciente. Apesar das ameaças e dos protestos iniciais desse pai agressor, com o tempo, a ansiedade dela foi diminuindo e ela foi passando a enxergar a forma pouco elaborada como ele agia para agredi-la. Isso também diminuiu seu medo.

Dentro do processo terapêutico, será possível nos deparar com a necessidade de processar a raiva e o pesar, além de ter de elaborar o luto pelo fim dessa relação. Por mais que sejamos tentados contratransferencialmente a negar essa relação, ela existiu, e, para que outra forma de viver nasça, esse luto deve ser vivido e elaborado (MARLOW-MACCOY, 2020).

Seguindo a especificidade da psicoterapia junguiana, o trabalho com os sonhos, fantasias e imagens que aparecem em técnicas expressivas pode ser um caminho profícuo, ao transformar emoção em imagens, despotencializando o poder destrutivo desse *animus* agressivo, assim como a Dra. Nise da Silveira (2001) trabalhava com seus pacientes psicóticos e seus monstros internos.

Ser confundida por um *animus* e um homem agressor com características de um Trickster a leva a um descentramento. Conectar-se ao Si-mesmo novamente é naturalmente o propósito do trabalho terapêutico. Para isso, Kast (2022) alerta para a necessidade de buscar o cultivo de outras áreas mais saudáveis em suas vidas, mesmo enquanto esse amante demoníaco impera em sua psique. Pode envolver incentivar essas mulheres a retomar seu desenvolvimento profissional – afinal, muitas estarão em desvantagem financeira ao terminarem seus relacionamentos –, além de buscar desejos, projetos e contatos com áreas criativas em sua vida que podem ser descobertas ou redescobertas. Quanto mais conectada ao *Self*, mais preenchida de vida estará a sua psique e menos suscetível ao agressor externo. Apesar dos caminhos apontados aqui, nunca será fácil. Os ataques reais do agressor externo abalam e abatem as vítimas de abuso narcísico, mas, quanto mais perto de si mesmas, menores os danos.

Por fim, e não menos importante, devemos nos atentar ao conselho de Hillman e Ventura (1995), em entrevista com Michael Ventura, para não individualizar e desmobilizar o indivíduo para o poder da ação social. Como pudemos ver, a violência de gênero tem raízes históricas e culturais, e que se refletem nas nossas instituições, principalmente no Sistema de Justiça. Diariamente, mulheres se unem em coletivos, ajudam outras mulheres em relacionamentos abusivos nas redes sociais, fazem campanhas ativas no Congresso Nacional para sensibilizar parlamentares pela modificação de nossas leis. Nem sempre esses esforços são frutíferos. O Brasil ainda ocupa o quinto lugar no mundo em número de feminicídios e muitas mães sucumbem e perdem a guarda de seus filhos num ato de violência e injustiça contra elas. No entanto, quem puder acompanhar esses esforços ao longo dos anos, verá que mudanças, apesar de muito pequenas e lentas, foram conquistadas.

Podemos enxergar o caminho acima como o fluir do processo de individuação, tornando consciente algo que vai além da compreensão da situação individual de cada mulher, pois, ao fazer-se conhecer as realidades de umas às outras, elas começam a despertar para o fato de que existe um sistema patriarcal que funciona como uma superestrutura e passam a questionar e se posicionar criticamente perante as formas como são socializadas até hoje. Isso é extrapolado para questionar os critérios e a indústria da beleza com seus perigos à saúde, a rivalidade feminina, o trabalho materno invisibilizado, a forma como seus filhos devem ser criados. Envolve também romper com preconceitos e padrões preestabelecidos de como devem viver, além de poderem experienciar – e serem capazes de atuar – a verdadeira sororidade feminina.

Considerações finais

O trabalho analítico com mulheres enredadas em estresse por relações antagonísticas vai no sentido de estabelecer o fortalecimento do ego, a sua individualidade, a capacidade de estabelecer limites ao desidentificar-se com o seu agressor, a reconexão com o Si-mesmo e o trabalho alquímico/transferencial de transformação do *animus* demoníaco. No entanto, podemos entender que a existência da violência de gênero não é um problema individual. Logo, encontramos suas raízes transgeracionais e observamos o quão estereotipadas e compulsivas são essas relações por conta do complexo cultural cisheteropatriarcal arraigado, que faz desacreditar depoimentos de mulheres na sociedade e no judiciário, privilegiando o direito dos homens.

Apesar de esforços de coletivos de mães e instituições voltadas à proteção da mulher, ainda há muito a percorrer para que leis e práticas sejam coerentes e justas. Isso implicará em lidar com derrotas e frustrações das pacientes e seus analistas. O que podemos fazer, dentro do possível, é ajudá-las a despertar para a realidade

patriarcal e incentivá-las a não desistir de buscar em sua vida, em seus relacionamentos, na educação de seus filhos, nas relações de trabalho e nas leis e regras que regulam nossa sociedade, formas mais justas e condizentes com uma dinâmica de alteridade e equidade. Cultivar espaços nos quais relações saudáveis com a comunidade e consigo são vividas também é um ideal proposto pela psicologia analítica.

O controle coercitivo já é considerado crime na Austrália e na Inglaterra. Isso pode ser um começo esperançoso de que o patriarcado siga perdendo sua força. Uma sociedade em que a dinâmica de alteridade é valorizada é também uma sociedade amorosa.

Referências

- BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 11 jul. 2024.
- DOUGHERTY, N. J.; WEST, J. J. **The matrix and meaning of character: an archetypal and developmental approach.** New York: Routledge, 2007.
- DURVASULA, R. **Psychoeducation and Narcissistic Abuse: Different Types – Different Experiences.** United States, 2020a. 1 vídeo (1h6min). Aula na Plataforma PESI.
- DURVASULA, R. **Working with Narcissistic Abuse: addressing the impact of high-conflict personality styles.** United States, 2020b. 1 vídeo (1h6min). Aula na Plataforma PESI.
- FERENCZI, S. Confusão de línguas entre adultos e crianças. In: FERENCZI, S. (ed.). **Psicanálise: III.** São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 97-106.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública.** São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2024
- GRAHAM, D. L. R.; RAWLINGS, E. I.; RIGSBY, R. K. **Amar para sobreviver: mulheres e a síndrome de estocolmo social.** Tradução de Mariana Coimbra. São Paulo: Cassandra, 2021.
- HERMAN, J. **Trauma and recovery: the aftermath of violence: from domestic abuse to political terror.** 11. ed. New York: Basic Books, 2020.
- HILLMAN, J.; VENTURA, M. **Cem anos de psicoterapia: e o mundo está cada vez pior.** São Paulo: Summus, 1995.
- HOLLIS, J. **A passagem do meio: da miséria ao significado da meia-idade.** São Paulo: Paulus, 2011.
- HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.
- HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas.** São Paulo: Elefante, 2021.
- INSTITUTO POLITÉCNICO NACIONAL. **Programa Interdisciplinar de Estudos de Gênero: Violentometro.** México: IPN, 2012.

- JACOBY, M. **Individuação e narcisismo**: a psicologia do si-mesmo em Jung e Kohut. Tradução de Paulo Ferreira Valério. Petrópolis: Vozes, 2023.
- JUNG, C. G. **A prática da psicoterapia**: contribuições ao problema da psicoterapia e a psicologia da transferencia. OC vol. XVI. Petrópolis: Vozes, 1988.
- JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. OC, vol. IX/1. Petrópolis: Vozes, 2003.
- JUNG, C. G. **Psicogênese das doenças mentais**. OC, vol. III. Petrópolis: Vozes, 1986.
- JUNG, C. G. **Psicologia do inconsciente**. OC, vol. VII/1. Petrópolis: Vozes, 2014.
- JUNG, C. G. **Tipos psicológicos**. OC, vol. VI. Petrópolis: Vozes, 1991.
- KALSHED, D. **O mundo interior do trauma**: defesas arquetípicas do espírito pessoal. São Paulo: Paulus, 2013.
- KALSHED, D. Trabalhando o trauma em análise. In: STEIN, M. (ed.). **Psicanálise junguiana**: trabalhando no espírito de C. G. Jung. Petrópolis: Vozes, 2019. p. 417-437.
- KAST, V. **Abandonar o papel de vítima**: viva a sua própria vida. Petrópolis: Vozes, 2022.
- KATZ, E. **Coercive control in children's and mothers's livros**. New York: Oxford University Press, 2022. DOI: <http://doi.org/10.1093/oso/9780190922214.001.0001>.
- KOLK, B. V. D. **O corpo guarda as marcas**: cérebro, mente e corpo na cura do trauma. Rio de Janeiro: Sextante, 2020.
- MACHISMO e litigância processual abusiva no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR) prejudicam mãe atleta. [S. l.], 28 jul. 2024. @coletivomaesnaluta. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C9-WTe2vYPO/?igsh=MXNhbnDvc2FpZnkyMQ==>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- MACKENZIE, J. **Psychopath free**: recovery from emotionally abusive relationships with narcissists, sociopaths, and other toxic people. New York: Berkeley Books, 2015.
- MARLOW-MACCOY, A. **Grief and narcissistic relationships**: clinical skills to process past, present and future losses. United States, 2020. 1 vídeo (16h). Aula na Plataforma PESI.
- MATÉ, G. **When the body says no**: exploring the stress-disease connection. Toronto: Vintage, 2003.
- MATTA, P. H. D. **A clínica do trauma do abuso sexual**: um estudo sobre os efeitos do abuso de poder masculino e inferioridade feminina. 2023. Trabalho de Conclusão (Analista Junguiana) – Instituto de Psicologia Analítica de Campinas, Campinas, 2023.
- NEUMANN, E. **O medo do feminino**: e outros ensaios sobre a psicologia feminina. Tradução de Thereza Christina Stummer. São Paulo: Paulus, 2000.
- O QUE é abuso pós-separação. [S. l.], 23 jul. 2024. @cpivozmaterna. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C9xOfn0OrFT/?igsh=MWFsNndINzIqY2VwYg==>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- OLIVEIRA, R. **Projeto de Lei nº 4.053, de 2008**. Dispõe sobre a alienação parental. 2008. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/al/alienacao-parental.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2024.

- PESSOA, G. O complexo cisheteropatriarcal. *In*: PARISE, C. L.; SCANDIUCCI, G. (org.). **Ré-imaginando o lugar de escuta**. São Paulo: Sattva, 2022. p. 277-296.
- SARKIS, S. **Gaslighting**: recognition and recovery for manipulated and controlled clients. United States, 2020. 1 vídeo (1h5min). Aula na Plataforma PESI.
- SILVEIRA, N. **O mundo das imagens**. São Paulo: Ática, 2001.
- STARK, E. **Coercive Control**: how men entrap women in personal life. New York: Oxford University Press, 2007. DOI: <http://doi.org/10.1093/oso/9780195154276.001.0001>.
- STERN, R. **O efeito gaslight**: como identificar e sobreviver à manipulação velada que os outros usam para controlar a sua vida. Rio de Janeiro: Alta Life, 2019.
- WALKER, L. E. **The battered woman**. New York: Harper & Row, 1979.
- ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.

Fabiana Teixeira Python: Psicóloga clínica formada pela UFBA (2005). Mestre em Família na Sociedade Contemporânea pela UCSal (2010). Analista Junguiana Didata pelo IPABAHIA/AJB/ IAAP (2017). Docente no curso de Formação em Analista Junguiana do IPABAHIA e em cursos de pós-graduação junguianas. Atua em clínica particular e como psicóloga voluntária do programa de atendimento a mulheres em situação de violência Mapa do Acolhimento.

fabianapithon@gmail.com